

Gênero e violência sexual contra crianças: um debate sobre relações de poder

Geizi da Silva Sales de Marchi

Paola Biasoli Alves

Rosângela Kátia Sanches Mazzorana Ribeiro

RESUMO

Este artigo traz um debate teórico a partir da interlocução entre produção de gênero e violência sexual contra crianças e adolescentes. Amparado por uma perspectiva histórica e teórica acerca dos estudos de gênero, assume-se que o processo de socialização e construção das identidades dos sujeitos é marcada por práticas e discursos que incidem continuamente sobre os corpos desde sua gestação. Modelos hegemônicos de masculinidades e feminilidades atravessam as vivências dos sujeitos produzindo marcas, relações de poder, possibilidades e proibições. Assim, compreende-se o gênero enquanto categoria de análise produtora de relações de poder assimétricas que, entre outros fatores, contribuem para a reprodução da violência sexual contra crianças e adolescentes. Esta trata-se de um fenômeno complexo, considerado problema de saúde pública, que se articula com questões micro e macrosociais. Nesta perspectiva, elementos como machismo, patriarcado e adultocentrismo, aliado às desigualdades étnico-raciais, socioeconômicas e de gênero mostram-se enquanto alguns dos fatores que atravessam a violência sexual infantojuvenil, tais elementos são debatidos ao longo do artigo. A prevenção e enfrentamento à violência sexual traduz-se tanto pela ruptura de práticas silenciadoras, marginalizantes e de desigualdades de poder entre os sujeitos, quanto pela efetivação de políticas públicas e criação de estratégias questionadoras das normativas de gênero.

Palavras-chave: gênero; violência sexual; crianças; adolescentes; relações de poder.

ABSTRACT

Gender and sexual violence against children: a debate about power relations

This article seeks to outline a theoretical debate based on the dialogue between gender production and sexual violence against children and adolescents. Drawing on a historical and theoretical perspective about gender studies, it is assumed that the process of socialization and construction of the subjects' identities is marked by practices and discourses that continuously affect bodies since their gestational period. Hegemonic models of masculinity and femininity cross the subjects' experiences producing marks, relations of power, possibilities and prohibitions. Thereby gender is understood as a category of analysis that produces asymmetric power relations that - among other factors - contribute to the reproduction of sexual violence against children and adolescents. This is a complex phenomenon considered a public health problem that articulates itself with micro and macro-social issues. In this perspective elements such as machismo, patriarchy, adult-centeredness combined with ethnic-racial, socioeconomic and gender inequalities are shown as some of the factors that promote sexual violence against children and adolescents and are discussed throughout this article. The prevention and confrontation of sexual violence is also reflected in the rupture of silencing and marginalizing practices and inequalities of power among the subjects, as well as the implementation of public policies and the creation of strategies that question gender norms.

Keywords: Gender; sexual violence; children; adolescents; power relations.

Sobre as Autoras

G. S. S. M.
orcid.org/0000-0002-7286-4030
Universidade Federal de Mato Grosso - Cuiabá, MT
gsmarchi@gmail.com

P. B. A.
orcid.org/0000-0002-1189-7592
Universidade Federal de Mato Grosso - Cuiabá, MT
paolabia@yahoo.com

R. K. S. M. R.
orcid.org/0000-0003-4072-1091
Universidade Federal de Mato Grosso - Cuiabá, MT
rosangelaksm@uol.com.br

Direitos Autorais

Este é um artigo aberto e pode ser reproduzido livremente, distribuído, transmitido ou modificado, por qualquer pessoa desde que usado sem fins comerciais. O trabalho é disponibilizado sob a licença Creative Commons CC-BY-NC



A construção social dos gêneros compreende uma rede vasta de significações do sujeito que incidem de modo sistêmico desde o seu nascimento, sendo atravessada por diversas práticas e discursos, que variam cultural, histórica e temporalmente (Biroli, 2018). De acordo com as regras culturais, adequa-se o corpo para cumprir as normas estéticas, relacionais e morais dos grupos aos quais os sujeitos pertencem (Louro, 2018).

As imposições de cuidado, beleza, força e vigor são atribuídas distintamente, não apenas aos corpos de homens e de mulheres, mas também como nos diversos grupos de mulheres (e homens) (Biroli, 2018). Essa inscrição das marcas de identidade e diferenciação nos corpos ocorre por meio dos mais diferentes instrumentos e instituições de poder que produzem hierarquias e desigualdades (Louro, 2018). Assim, as normativas de gênero inscritas nas relações sociais delinham espaços, poderes, modos de interação, possibilidades e limitações na vivência de cada corpo. Trata-se de um processo contínuo que possibilita o desenvolvimento e fortalecimento de alguns fenômenos, como é o caso da violência sexual contra crianças e adolescentes.

Butler (2003) discorre que, para além de sustentação de um dado modo de organização social, a constituição dos gêneros também reitera relações de poder e dominação. Desta forma, torna-se importante compreender como o gênero, para além da simples descrição de produção de dadas feminilidades e masculinidades, pode também tomá-las enquanto ponto de reflexão acerca das relações desiguais de poder produzidas que, por sua vez, podem ser vislumbradas na temática da violência sexual contra crianças e adolescentes (Spaziani, 2017).

Este artigo objetiva, a partir de uma retomada teórica e histórica acerca dos estudos de gênero e de violência sexual contra crianças e adolescentes, debater o modo pelo qual a inscrição de normativas de gênero nos corpos produzem formas desiguais de poder, que podem ser articuladas com a problemática dos crimes contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes.

A violência sexual contra crianças e adolescentes se traduz por qualquer ato de natureza sexual que viole e desconsidere os direitos humanos desenvolvimentais destes sujeitos (Lei nº 13.431, 2017). Vieira (2018) aponta que, ao lado de outros fatores, práticas sexistas, o machismo, racismo e o adultocentrismo, marcados por relações desiguais de poder, colocam-se enquanto ferramentas que fortalecem a ocorrência e o silenciamento deste fenômeno. Spaziani e Vianna (2020) apontam a invisibilidade do recorte e discussão de gênero e outras categorias como machismo, patriarcado nos estudos voltados para a violência sexual infantil.

Neste sentido, torna-se importante reiterar que a produção dos gêneros não se realiza isoladamente, mas em articulação com os marcadores de classe e raça que interpelam a constituição do sujeito, localizando-o em diferentes posições nas

relações de poder (Biroli & Miguel, 2015). Trata-se de um processo multifacetado que está em constante construção, materializando-se nas diversas instâncias e práticas, de modo explícito ou implícito sobre as vivências dos sujeitos (Louro, 2018).

Estudos de Gênero

A constituição da categoria gênero enquanto marcador útil para a análise dos fenômenos sociais é acompanhada de múltiplas compreensões, caminhos e aportes teóricos que se estabeleceram ao longo da história. Neste artigo, compreende-se o gênero enquanto ato performático, que é produzido no âmbito de dada cultura e do discurso (Butler, 2003). Esta performatividade, por sua vez, atrela-se à repetição contínua das normas de gênero que reiteram a lógica heterossexual diante da vivência dos sujeitos no decorrer de seu desenvolvimento (Paiva, 2020).

Como será debatido ao longo deste artigo, os modos pelos quais as normativas de gênero (e outros marcadores) atravessam distintamente os corpos no decorrer do desenvolvimento, suscitam que estes ocupem espaços desiguais nas relações de poder e possibilitem a emergência de alguns fenômenos. Assim, a articulação de gênero, com outros marcadores sociais tais quais classe, raça, sexualidade, geração, religião e nacionalidade tornam-se importantes e possibilitam a compreensão da pluralidade de modos de vivenciar e compreender as masculinidades e feminilidades, visto que a articulação com cada um destes promove uma construção singular de ser e estar no mundo (Meyer, 2018). Assim, a importância de uma investigação mais atenta de elementos macro-sociais que atravessam o desenvolvimento dos sujeitos e materializam-se por meio das marcas de diferenças, como afirma a autora.

Neste sentido, Biroli e Miguel (2015) trazem a importância da compreensão do entrelaçamento complexo dos elementos de gênero, raça e classe na efetivação de qualquer análise acerca das relações sociais e das desigualdades. A incorporação destes três eixos torna-se imprescindível para o afastamento de interpretações parciais, tornando possível a compreensão da construção das múltiplas opressões e hierarquias que se estabelecem na vivência dos sujeitos, como apontam os autores. Ao se considerar apenas o gênero enquanto produtor de desigualdades, desconsidera-se os eixos de classe e raça enquanto fatores que posicionam mulheres e homens entre si em diferentes espaços nas relações de poder (Biroli & Miguel, 2015). Além disso, a partir de uma perspectiva inserida em uma sociedade patriarcal, torna-se emergente também voltar-se para a investigação das implicações da privilegiada vivência de determinados grupos de homens na sociedade, em contrapartida da marginalizada experiência feminina (Narvaz & Koller, 2006).

Diante disso, Butler (2003) afirma que é possível compre-

ender o gênero enquanto uma sofisticada tecnologia social heteronormativa, impulsionada e reiterada pelas instituições médicas, discursivas, familiares, escolares e que incessantemente produzem e reiteram alguns corpos enquanto homens e outros corpos enquanto mulheres. Bento (2006) afirma que a inscrição de corpos em diferentes sexos, naturalizando suas aparências e suas disposições heterossexuais é um dos modos significativos de manter a heteronormatividade. Desta forma, constata-se a partir de tais discussões que as normativas de gênero são cuidadosamente estabelecidas para possibilitar ou dificultar o campo de reconhecimento dos sujeitos e de suas experiências (Paiva, 2020).

Considera-se que o feminino e o masculino não são dados naturalmente ou tomados de essências, mas que de fato se colocam a partir de construções culturais (Louro, 2018). Desse modo, culturalmente estabelecem-se normas e padrões que incidem sobre os sujeitos enquanto expectativas acerca das características, comportamentos e relações esperadas a partir de certos modelos de feminilidade e masculinidade hegemônicos (Bordini & Speb, 2012). Tais normas, por sua vez, não recaem de maneira homogênea para todos os grupos de homens e para todas as mulheres (Biroli, 2018). Torna-se necessário considerar os atravessamentos de classe e raça que possibilitam que os sujeitos acessem espaços e recursos de maneiras distintas, como aponta a autora. Neste sentido, refutando a ideia de que existe uma essência e um modo único de ser homem ou mulher, o gênero também é identificado enquanto uma categoria relacional e política que ocorre em um campo discursivo atravessado por relações de poder (Scott, 1995).

Antes de nascer o corpo do recém-nascido já se apresenta inscrito por determinados discursos e isso o acompanha todo o seu desenvolvimento, estruturando expectativas e normas de gênero diante do sujeito (Bento, 2006). Trata-se de práticas que recaem sobre os corpos construindo representações e atuando como se fossem verdades incontestáveis e por sua vez naturalizadas (Louro, 2018). Estas normas são reforçadas ao longo do desenvolvimento humano em diferentes espaços tais como família, escola, religião e mídia, gerando relações de poder desiguais e exclusão, como afirma a autora.

O desenvolvimento humano caracteriza-se por ser um processo recíproco resultante da interação do sujeito com os símbolos, espaços e relações que estabelece com outros sujeitos (Bronfenbrenner, 1979/1996, 2005/2011). Trata-se de um processo iniciado desde o nascimento, que o sujeito em uma posição ativa constrói e é construído por meio da relação que estabelece com os sistemas que ocupa, como afirma o autor. Nas interações com o contexto imediato - processos proximais - o sujeito vivencia influências de ideologias, valores, conceitos que estão presentes em um contexto macrosistêmico e atravessam o seu desenvolvimento (Bronfenbrenner, 1979/1996, 2005/2011). Desta forma, pensar gênero

também implica em pensar em desenvolvimento e as questões que atravessam o processo de socialização dos sujeitos.

Dito isto, reconhece-se que os investimentos discursivos e simbólicos são produzidos ao longo do desenvolvimento para a preparação de corpos de modo que desempenhem adequadamente os papéis de gênero. Em uma pesquisa envolvendo o processo de socialização de gênero e brincadeiras em uma sala de jardim de infância, foi evidenciado o direcionamento de brincadeiras que envolvem cuidado e passividade para meninas, enquanto para os meninos voltam-se os investimentos de brincadeiras que envolvem futebol, construções, aventura, automóveis (Oliveira & Mendes, 2017).

Desde muito cedo as crianças e adolescentes vivenciam situações que demarcam possibilidades e proibições acerca de normativas de gênero. Compreende-se, portanto, que já na infância, muitas mulheres são direcionadas através de distintas práticas e discursos para o cuidado, passividade e afetividade (além da dependência econômica e afetiva como aspectos inerentes à sua condição de mulher) (Biroli, 2018). Para homens ocorre a valorização do poder, da força e competitividade (além da busca por satisfação sexual – heterossexual fundamentalmente – sem critérios específicos de proibição – como no caso do incesto e da violência sexual contra crianças, adolescentes e mulheres adultas e idosas) (Felipe, 2006). As implicações destes modos de socialização são múltiplas, podendo produzir espaços de desigualdade de poder e vulnerabilidades (Biroli, 2018). Diferenças consideradas equivocadamente como naturais em relação aos gêneros, refere-se a produções construídas e reiteradas em determinada cultura, período histórico e temporal, como aponta a autora. As características de autonomia e competitividade que são massivamente reiteradas para os homens desde muito cedo podem dificultar com que estes encontrem espaços para reconhecer e compartilhar acerca de dificuldades e solicitarem auxílio (Louro, 2018). Além disso, práticas que reiteram o distanciamento com as esferas afetivas também são frequentes no desenvolvimento de muitos meninos, sendo estes ensinados desde muito cedo a não chorarem e não expressarem seus demais sentimentos, como aponta a autora. Nos próprios processos de estabelecimento de relações de amizades é possível identificar questões normativas de gênero, uma vez que homens não são ensinados a realizarem expressões físicas de afeto e amizade (Louro, 2018). Estas características são culturalmente atreladas às mulheres, de modo que os homens, para afirmarem a sua masculinidade, são ensinados a afastar-se destas, como aponta a autora.

Além disso, brinquedos e desenhos infantis são espaços em que as normativas de gênero podem ser reforçadas. No que tange às meninas, não são raras as brincadeiras que valorizam a paciência e a calma, além dos brinquedos oferecidos voltarem-se para o cuidado do lar e da família (Godoy et al., 2021). Miniaturas de cozinhas, vassouras e bonecas para cuidar ainda são frequentemente direcionadas para elas,

enquanto ainda pouco observa-se a presença destes itens direcionados para os meninos. Muitos brinquedos e desenhos considerados socialmente para meninos são tomados por personagens aventureiros, corajosos, fortes e autônomos, como apontam as autoras. Sustentados por modelos hegemônicos de masculinidades e pelo patriarcado, muitos meninos vivenciam, desde cedo, processos educativos que valorizam virilidade, poder, violência e agressividade (Bonfanti & Gomes, 2019). Apesar de importantes mudanças no que tange à tal debate, temáticas envolvendo batalhas, conquistas e competitividade ainda são frequentes e impulsionam meninos a se aproximarem destes caminhos. Neste sentido, torna-se emergente considerar a atuação do patriarcado na socialização, desde a infância.

Neste sentido, compreende-se que a infância, adolescência, adultez e velhice constroem-se através de afirmações e proibições diante das expectativas de gênero, inscrevendo o sujeito na norma heterossexual a partir da lógica de complementaridade (Bento, 2006). Discursos tais como “homem não chora”, “mulher deve cuidar da casa e dos filhos”, “isto não é coisa de mulher”, atuam de modo incisivo sobre os corpos dos sujeitos, subsidiados pelo objetivo de reprodução das performances de gênero hegemônicas (Butler, 2003).

Cada enunciado produzido pelos diversos sistemas que a criança participa, atua de modo a incentivar ou inibir comportamentos específicos para determinados corpos e, por sua vez, produzindo relações desiguais de poder (Louro, 2018). Tais estratégias não são realizadas ao acaso, elas objetivam demarcar espaços e relações, reiterando a produção da norma heterossexual.

Seja através de brincadeiras, de discursos ou práticas, as normativas de gênero inserem-se por meio das mais variadas instituições sociais, para produzir sujeitos que respondam às expectativas de gênero estabelecidas (Louro, 2018). Trata-se de uma socialização desigual entre homens e mulheres que, subsidiados em uma educação adultocêntrica (adulto enquanto centro da relação e do poder) e de valorização do homem, fundamentam relações assimétricas entre os sujeitos (Vieira, 2018).

Considera-se que as discussões aqui colocadas são estabelecidas a partir de uma sociedade patriarcal, sendo esta compreendida enquanto forma de organização em que o poder se volta para o masculino, configurando modos relacionais em que as mulheres são hierarquicamente subordinadas em relação aos homens e os jovens em relação aos homens mais velhos (Spaziani, 2017).

Neste sentido, além de mulheres, crianças e adolescentes serem reconhecidas enquanto propriedades do homem, subsidiando o estabelecimento de relações de poder desiguais e hierárquicas, estas também são desconsideradas enquanto sujeitos e transformadas em objetos (Spaziani, 2017). Assim, refletir acerca do gênero também significa pensar as relações de poder que perpassam o cotidiano do sujeito e suas impli-

cações.

Entre as possíveis implicações emergentes do estabelecimento de relações desiguais de poder entre homens e mulheres, apresentam-se a violência de gênero e a violência sexual contra crianças e adolescentes. A violência de gênero é considerada enquanto um tipo de violência que, seja no âmbito público ou privado, se materializa dentro das relações de poder, entre gêneros objetivando a dominação e exploração de um sujeito pelo outro (Saffioti, 2001). Trata-se de um fenômeno que, mesmo na contemporaneidade, tem atravessado massivamente o cotidiano de mulheres, seja na infância, na adolescência, na adultez ou na velhice (Bonfanti & Gomes, 2019).

No caso da violência sexual contra crianças, as autoras apontam que na infância as meninas apresentam-se enquanto sujeitos que ocupam um lugar de dupla vulnerabilidade, considerando que perpassam por vivências do ser criança que são acompanhadas por um forte adultocentrismo (superioridade do adulto sobre a criança), bem como pelo atravessamento da violência de gênero, que produz um lugar de deslegitimidade na sua construção enquanto mulher em uma sociedade patriarcal.

Cabe mostrar que a violência sexual contra meninos também é compreendida enquanto um fenômeno emergente, que apesar de ser menos discutido e notificado do que a violência sexual contra meninas, também gera implicações na vivência destes homens (Rosa & Souza, 2020). Os autores apontam que a discussão deste tipo de violência contra meninos exige reflexões críticas acerca da construção de masculinidades e sexualidades, e das desigualdades de poder que estão em jogo quando se discute esta temática.

Destaca-se que o processo de socialização de homens ainda é frequentemente subsidiado por uma perspectiva que ampara-se nos modelos hegemônicos de masculinidade, de modo que reiteram características como força, poder e virilidade e inibem características como afeto e cuidado de si e do outro (Connell & Messerschmidt, 2013; Diniz et al., 2021). Além das características citadas, alia-se na produção de modelos hegemônicos de masculinidades, a equivocada ideia de dificuldade de controle de impulsos e de sexualidade anímica que também é sistematicamente atrelada aos homens e pode colocar-se enquanto fator de risco uma vez que reforça a possibilidade de ocorrência e/ou manutenção da violência (Felipe, 2006).

A maior incidência de homens agressores (Capitão & Romaro, 2008; Platt et al., 2018) também coloca-se enquanto um fator importante nesta discussão, principalmente ao resgatar os processos heteronormativos e machistas de socialização de meninos (Biroli, 2018). Discursos reforçando a obtenção de poder, controle e posse dos corpos alheios são frequentes e, neste sentido, torna-se necessário considerar que tais processos de socialização fortalecem o estabeleci-

mento de relações de poder desiguais entre os gêneros, como aponta a autora.

Apesar desta maior incidência, é preciso pontuar que mulheres também podem colocar-se como autoras da violência sexual contra crianças e adolescentes (Platt et al., 2018). Os estereótipos sociais vinculados a mulheres como figura de cuidado, atenção e proteção podem muitas vezes invisibilizar debates, estratégias de prevenção e enfrentamento acerca da ocorrência deste tipo de violência, como apontam os autores.

Compreende-se que as implicações dos processos de construção de modelos hegemônicos de masculinidades vinculadas com o debate acerca da violência sexual são abrangentes (Hohendorff, 2016). Ao longo da socialização de muitos meninos reitera-se, por meio de diversos discursos e práticas sociais, as características de insensibilidade e independência masculina (Louro, 2018). Estas características podem estabelecer diversas consequências ao longo do desenvolvimento dos sujeitos, e ainda colocar-se como aspectos de risco, no caso daqueles que foram vítimas da violência sexual, uma vez que pode dificultar o rompimento do silêncio e solicitação de auxílio (Hohendorff et al., 2012; Hohendorff, 2016). Crenças equivocadas de que meninos não podem ser vítimas de violência sexual, e que ela acontece apenas com meninas, colocam-se enquanto barreiras para a ampliação das discussões, revelação e proteção de meninos (Hohendorff et al. 2015).

A dinâmica do segredo entre as vítimas de violência sexual também é recorrente, inserem-se ameaças, chantagens, barganhas ou pressões para que a violência não seja revelada e o silêncio não seja rompido (Hohendorff et al., 2015). Furniss (1993) denomina como 'a síndrome do segredo' o processo no qual a vítima não revela a violência vivenciada, por medo da reação do agressor, e há impactos importantes nos processos de socialização e subjetivação dos envolvidos.

Considerando este processo de socialização, um dos atravessamentos que perpassa a violência sexual contra meninos e sua subnotificação relaciona-se ao temor da vítima das avaliações externas e possível vinculação com características como fragilidade e passividade, que são tradicionalmente estereótipos de gênero que culturalmente vinculam-se às mulheres (Souza, 2017). Esta perspectiva reitera a existência de um estigma social diante do fenômeno da violência sexual contra meninos, que se associa às concepções machistas, patriarcais e homofóbicas, como aponta o autor. Pode-se destacar, por exemplo, o estereótipo vinculado ao questionamento sobre a própria sexualidade, que atravessa meninos vítimas de violência sexual (Pires Filho, 2007). Ressalta-se que questionamentos e preocupações em relação à orientação sexual dos meninos são recorrentes para aqueles que passaram por episódios de violência sexual efetivadas por outros homens (Hohendorff et al., 2015).

Assim, pelo exposto até aqui, faz-se necessário compreender as influências da heteronormatividade neste fenômeno.

Ela é compreendida enquanto a consideração e validação de relacionamentos apenas entre homens e mulheres, atuando na defesa de uma suposta ideia de complementaridade, marginalizando as demais identidades, vivências, possibilidades de se relacionar, de ser e estar no mundo (Bento, 2006). Na heteronormatividade, há o estabelecimento da heterossexualidade enquanto norma, o modelo a ser seguido, enquanto as demais sexualidades são colocadas de forma subalternas, como aponta a autora. Com isso, considerando a heteronormatividade e o permanente processo de valorização social de modelos hegemônicos de masculinidades, muitos meninos podem ainda passar a atuar de modo incisivo para reiterar e reafirmar a sua masculinidade (Hohendorff et al., 2012). É a partir do diálogo entre a heteronormatividade e patriarcado que, erroneamente, são naturalizadas relações de autoridade e subordinação entre homens e mulheres, estabelecendo relações de poder hierárquicas e produtoras de vulnerabilidades (Biroli, 2018). Ainda, os elementos que atravessam a temática deste tipo de violência contra meninos e dificultam a sua notificação são produtores de processos de subjetivação causadores de sofrimento e silenciamento (Rosa & Souza, 2020).

De forma a ampliar o debate, é importante destacar a dinâmica que se estabelece entre agressor e vítima. Crianças e adolescentes que foram vítimas de violência sexual muitas vezes são silenciados e ameaçados pelos agressores, o que funciona como uma estratégia de poder para que o silêncio não seja rompido (Bonfanti & Gomes, 2019). Além disso, a tentativa de culpabilização da vítima por parte do agressor ainda é recorrente em situações de violência sexual infanto-juvenil, de modo a tentar transferir a responsabilização da violência para a vítima e silenciá-la novamente, como apontam as autoras. Tais situações parecem evidenciar dinâmicas produzidas pelo patriarcado na manutenção das desigualdades das relações de poder.

Assim, a permanência de relações desiguais de poder, sejam estas marcadas pelo adultocentrismo e/ou pelas desigualdades de gênero, apresenta-se enquanto fator que potencializa o silenciamento das vítimas de violência sexual infantil, como também possibilita sua ocorrência e manutenção nas dinâmicas sociais vigentes (Vieira, 2018).

Violência sexual contra crianças e adolescentes: aprofundando as discussões sobre gênero

Como já dimensionado, a violência sexual é um fenômeno complexo de natureza social, observado ao longo da história. Discute-se que sua prática está diretamente relacionada a questões de gênero estabelecidas pela cultura patriarcal em distintos momentos históricos, em sociedades ocidentais e orientais e trata-se de uma forma de violação de direitos, utilizada como instrumento de poder, dominação, subordinação assimétrica de pessoas ou grupos. Embora seja criminalizada na maioria dos países, é ainda socialmente tolerada

em outros, e possui alta incidência, sendo considerada um grave problema, tendo em vista as consequências físicas, emocionais, sociais e econômicas das vítimas e familiares (Azevedo, 2000; Hohendorff et al., 2014; Sanderson, 2005).

Especificamente, a violência sexual contra crianças e adolescentes é, de acordo com o World Health Organization (WHO, 2017), um problema de saúde pública e acomete um número significativo de crianças e adolescentes ao redor do mundo. Salienta-se que é difícil precisar a magnitude do problema porque, como já descrito, distintos fenômenos sociais silenciam as vítimas e dificultam as denúncias (Minayo, 2005; Rovinski & Pelisoli, 2019).

Cabe trazer que, segundo Finkelhor (2019), a violência sexual configura-se como ato sexual, ou a tentativa deste, por meio de ações e insinuações de caráter sexual não consentidas, independente da relação existente entre os envolvidos, ou ambiente em que ocorre. A violência sexual se caracteriza por condutas em que uma pessoa se utiliza de força, mas que não se restringe somente ao uso desta, sendo observada também a coerção psicológica, para a realização de atividades sexuais sem o consentimento do outro (WHO, 2006). Há registros de práticas que constata violências sexuais, tais como: casamentos infantis, rituais de iniciação sexual de crianças, crenças de purificação e cura de doenças no ato sexual com crianças, mutilações de órgãos genitais, comercialização de pessoas para a exploração sexual, além dos abusos e violações no processo de colonização escravagistas em diferentes países, abusos sexuais em contextos de guerras e conflitos civis (Srivastava et al., 2017). O reconhecimento de tais condutas como formas de violência sexual, sua tipificação e criminalização são recentes e distintas, considerando as singularidades dos contextos sociais e culturais, bem como os conceitos e papéis de gênero e infância reconhecidos (Hohendorff et al., 2014; Rovinski & Pelisoli, 2019; Toledo & Braga, 2020).

Com o advento contemporâneo da internet e o acesso cada vez mais frequente de crianças e adolescentes a dispositivos eletrônicos conectados à rede, observa-se práticas de violação específicas dos ciberespaço, como o Grooming sexual online, que consiste no aliciamento de menores de idade por meios digitais, como redes sociais e páginas de jogos, com a intenção de obter benefícios sexuais, exposição e compartilhamento de dados com conteúdo sexual, envolvendo crianças e adolescentes (Barbosa, 2018).

A pornografia infantil tem, com o advento da internet, um canal de distribuição em larga escala e de difícil criminalização, ainda que prevista no Código Penal brasileiro. A rede mundial de computadores facilitou, para criminosos sexuais, o recrutamento de crianças e adolescentes, como também a disseminação de forma rápida e sofisticada de materiais pornográficos, assim como aproximou criminosos com interesses comuns (Paixão, 2019). Sabe-se que o conteúdo é disponibilizado em páginas e fóruns de compartilhamento de materiais pornográficos entre ofensores sexuais do mundo

inteiro, aumentando assim a variedade de contextos em que essa forma de violência pode ocorrer.

Cabe trazer que o Protocolo Facultativo para a Convenção sobre os Direitos da Criança, sobre a venda de crianças, prostituição e pornografia infantis foi firmado na Conferência Internacional sobre o Combate à Pornografia Infantil na Internet, realizado em Viena, em 1999, e promulgado no Brasil em 2004. Este é o documento que descreve e traz a implementação de medidas necessárias para o combate e a criminalização da pornografia infantil, do mesmo modo que a venda de crianças e a prostituição infantil, exigindo a salvaguarda das vítimas (Amaral, 2019).

No Brasil, a exploração sexual de crianças e adolescentes é tipificada no Estatuto da Criança e Adolescente, Lei nº 8.069 de 1990, como a submissão de crianças ou adolescentes, por pessoas ou estabelecimentos, à prostituição ou exploração sexual. Dentre os consequentes do crime exploração sexual, observa-se também a produção de conteúdo pornográfico, uma vez que crianças e adolescentes são coagidos ou sequestrados para esta finalidade (Landini, 2000; Rovinski & Pelisoli, 2019).

De acordo com o exposto anteriormente, embora seja perpetrada contra ambos os sexos, as vítimas de violência sexual são em sua maioria mulheres que ainda não atingiram maioridade penal. A prevalência da faixa etária infanto-juvenil, denota sobre a posição de fragilidade, coerção e sujeição a que são colocadas estruturalmente (Nunes et al., 2017; Platt et al., 2018). Os agressores são predominantemente do sexo masculino, e estudos apontam uma maior ocorrência da violência sexual intrafamiliar, ou seja, praticada no contexto domiciliar ou por pessoas do convívio, próxima à vítima (Capitão & Romaro, 2008; Costa et al., 2018.). Torna-se necessário resgatar aqui os aspectos da cultura patriarcal e heteronormativa que se articulam com estas informações apresentadas. Nesse sentido, é importante lembrar que, dentro das dimensões do patriarcado, desigualdades de gênero são estabelecidas desde a infância na socialização dos sujeitos (Bonfanti & Gomes, 2019). A partir da cultura patriarcal e heteronormativa, ao passo que mulheres são massivamente objetificadas, homens sustentam aspectos de dominação e controle de acesso aos corpos femininos. Esta objetificação dos corpos acontece em corpos de mulheres, de crianças e de adolescentes, o que se articula diretamente com o fenômeno da violência sexual na infância e adolescência, visto que os coloca como objetos, invisibilizando-os e identificando-os como suposta propriedade de homens, como apontam as autoras.

Quanto aos espaços familiares e práticas educativas, muitas famílias ainda sustentam perspectivas heteropatriarcais, nas quais o homem obtém o poder diante de mulheres, crianças e adolescentes identificando-o como soberano e enfatizando relações de poder desiguais nas quais meninas e mulheres vivenciam muitas vezes o desamparo (Bonfanti & Gomes, 2019). Neste sentido, considerando a violência sexual

infantojuvenil intrafamiliar como uma marcante realidade, alia-se aos fatores anteriormente discutidos, a vivência de crianças e adolescentes que passam por violência psicológica, tentativa de culpabilização e ameaças que envolvem a tentativa de manutenção da família e silenciamento das vítimas para a sustentação de uma imagem social do homem enquanto figura protetora (Bonfanti & Gomes, 2019).

Assim, efetua-se a hierarquização dos corpos a partir de seu gênero, raça, classe e sexualidade, de modo que diferentes limites, possibilidades e poderes são socialmente oferecidos para cada um destes (Biroli, 2018; Bonfanti & Gomes, 2019). Além disso, a defesa da propriedade privada e de determinada configuração de família, composta por homem, mulher e filhos, também é sustentada massivamente pela cultura patriarcal e heteronormativa (Bonfanti & Gomes, 2019). Muitas mulheres são socializadas para reconhecer que o casamento, a maternidade e a heterossexualidade são os únicos caminhos possíveis, mesmo que na relação com o homem ocorra episódios de violência e desigualdade de poder, como evidenciam as autoras. Estes processos colocam-se na contramão da proteção de mulheres, crianças e adolescentes, no sentido de individualizar questões que são culturais, políticas e sociais e que devem ser intervidas e reconfiguradas (Biroli, 2018; Bonfanti & Gomes, 2019). Ao se considerar que esta relação é produzida e mantida culturalmente, estabelece-se a emergência de reconfiguração destes processos, no sentido de efetuar a proteção e cuidado destes sujeitos que cotidianamente são invisibilizados e obtêm seus direitos violados.

Apesar dos esforços no campo jurídico, com o objetivo de prevenir e erradicar a violência sexual praticada contra crianças e adolescentes, os dados alusivos à ocorrência apontam para a gravidade do problema. Retoma-se aqui que os números de notificações não dimensionam realmente o problema (Scarpatti & Koller, 2020) e a dificuldade em estimar os casos de violência sexual estão relacionados ao silenciamento ou descredito das vítimas pela violência sofrida, tal como a culpabilização pela violência sofrida (Bonfanti & Gomes, 2019). São considerados também fatores como o medo, a vergonha, a negligência, a subnotificação dos casos e a falta de um sistema de notificações eficientes, responsáveis pelo não dimensionamento adequado do problema (Hohendorff et al., 2014).

Ao pensar sobre gênero e violência, Saffioti (2015) aponta que as formas de violência, quer sejam física, sexual, emocional ou moral estão intrinsecamente relacionadas. Embora a violência sexual seja um fenômeno de ordem social, que expressa o abuso e assimetria de poder, tendo as questões culturais de valores patriarcais marcadamente como preditores de ocorrência, é imprescindível debater as questões de gênero presentes nas práticas de violência sexual contra crianças e adolescentes. Assim, compreender os aspectos que se vinculam a subjetividade humana e que dão forma e complexidade ao fenômeno da violência sexual praticada

contra crianças e adolescentes, sem dissociá-la, entretanto, das questões individuais de quem a pratica, é crucial no propósito de assegurar os direitos instituídos, pensar recursos de combate e prevenção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender a temática da violência sexual contra crianças e adolescentes, a partir de um olhar mais abrangente implica em considerar os elementos macro e microssociais que se colocam enquanto determinantes na correlação de tal fenômeno. Diante disso, esse artigo objetivou tecer discussões a partir da categoria gênero enquanto categoria analítica e produtora de relações de poder que, entre outros fatores, atravessa diretamente o processo de construção e permanência do fenômeno da violência sexual na infância e adolescência.

O desigual processo de socialização, que marca o desenvolvimento de homens e mulheres em uma sociedade patriarcal, estabelece distintos espaços nas relações de poder que se estabelecem entre os sujeitos (Louro, 2018). Além disso, estereótipos que acompanham o modelo de feminilidade e masculinidade hegemônica do Ocidente incidem sobre os corpos, que são carregados de expectativas diante da existência concreta dos sujeitos e de sua vivência de gênero, como afirma a autora.

A construção dos sujeitos e de suas identidades trata-se de um processo múltiplo e permanente do qual os sujeitos participam ativamente, em diálogo com as mais variadas instituições sociais de dada cultura, seja família, igreja, mídia, vizinhança ou escola (Louro, 2018). Estas colocam-se enquanto instâncias produtoras de marcas de gênero nos corpos por meio dos mais variados discursos e linguagens que massivamente enfatizam identidades e práticas hegemônicas, como aponta a autora. Neste sentido, ao passo que algumas identidades são reiteradas, outras são marginalizadas e silenciadas. Diante de tais discussões, considerando que a violência sexual contra crianças e adolescentes se trata de um problema de saúde pública (WHO, 2017) que culturalmente é permeado de muitos tabus, reitera-se a importância de construção de estratégias e políticas públicas para o rompimento do silêncio, proteção e amparo no enfrentamento deste fenômeno. A complexidade dos elementos que envolvem a violência sexual exige de todos atenção e responsabilidade pela garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes.

Ainda, a ampliação das discussões acerca do respeito aos corpos, orientações sobre limites e caminhos para denúncias devem ser enfatizadas desde a infância. Bem como, a ampliação de espaços de diálogo, orientação e de estratégias para o rompimento do tabu e desmistificação acerca da violência sexual contra meninos e meninas também são urgentes. O acesso à informação e orientação de adultos cuidadores, profissionais e pessoas que obtêm contato com crianças e

adolescentes deve ser fortalecido, de modo que estes possam reconhecer os sinais da violência e tomar as medidas necessárias para o enfrentamento desta e proteção das vítimas (Hohendorff et al., 2012). O apoio social e afetivo às vítimas e aos familiares também se faz importante, de modo que estes possam encontrar espaços de proteção e fortalecimento (Hohendorff et al., 2015).

Com o exposto, afirma-se a emergência do estabelecimento de espaços, práticas e discursos que possibilitem o questionamento e enfrentamento das normativas de gênero e das relações hierárquicas de poder que se constituem desde a infância. Defende-se processos de socialização que considerem a pluralidade de vivências possíveis, questionem modelos hegemônicos de masculinidades e feminilidades, possibilitando espaços de trocas, proteção e construção conjunta entre crianças, adolescentes e adultos.

FINANCIAMENTO

Não houve financiamento.

DECLARAÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES

Certificamos que todas as autoras participaram suficientemente do trabalho para tornar pública sua responsabilidade pelo conteúdo. A contribuição de cada autor pode ser atribuída como se segue:

G. S. S. M., P.B.A. e R.K.S.M.R. contribuíram para a conceitualização, investigação e visualização do artigo; G. S. S. M. e P.B.A. fizeram a redação inicial do artigo (rascunho) e P. B. A., R. K. S. M. R., e G. S. S. M. são os responsáveis pela redação final (revisão e edição).

DECLARAÇÃO DE CONFLITOS DE INTERESSE

As autoras declaram que não há conflitos de interesse no manuscrito submetido.

REFERÊNCIAS

- Amaral, A. P. M., de Carvalho, L. C., & da Silva Félix, Y. (2019). Tráfico de pessoas e o combate à exploração sexual de crianças sob a ótica do direito. *Revista Argumentum-Argumentum Journal of Law*, 14(1), 119–138.
- Azevedo, M. A. (2000). Consequências psicológicas da vitimização de crianças e adolescentes. In M. A. Azevedo, & V. N. A. Guerra (Eds.), *Crianças Vitimizadas: A síndrome do pequeno poder* (pp. 143–163). Iglu.
- Barbosa, C. I. S. (2018). *Grooming sexual online: Modalidades, motivações, estratégias e dinâmicas de aliciamento de menores*. [Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto] <https://hdl.handle.net/10216/116841>
- Bento, B. (2006). *A reinvenção do corpo: Sexualidade e gênero na experiência transexual*. Editora Garamond.
- Biroli, F. (2018). *Gênero e desigualdades: Limites da democracia no Brasil*. Boitempo.
- Biroli, F., & Miguel, L. F. (2015). Gênero, raça e classe: Opresões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. *Mediações*, 20(2), 27–55. <http://dx.doi.org/10.5433/2176-6665.2015v20n2p27>
- Bonfanti, A. L., & Gomes, A. R. (2019). Violência sexual contra meninas: Infâncias diante do desamparo em uma sociedade heteropatriarcal. In A. A. Silva, A. L. G. Faria, & D. Fincó (Eds.), *Isso aí é rachismo! Feminismo em estado de alerta na educação das crianças pequenas: transformações emancipatórias para pedagogias descolonizadoras* (pp. 179–202). Pedro & João Editores.
- Bordini, G. S., & Speb, T. M. (2012). Concepções de gênero nas narrativas de adolescentes. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 25(4), 738–746. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722012000400013>
- Bronfenbrenner, U. (1996). *A ecologia do desenvolvimento humano: Experimentos naturais e planejados* (Tradução de Maria Adriana Veríssimo Veronesi). Artes Médicas. (Obra original publicada em 1979)
- Bronfenbrenner, U. (2011). *Bioecologia do desenvolvimento humano: Tornando os seres humanos mais humanos*. Artmed. (Obra original publicada em 2005) Tradução de André de Carvalho-Barreto e Sílvia Helena Koller.
- Butler, J. (2003). *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade* (Renato, A. Trad.). Civilização Brasileira.
- Capitão, C. G., & Romaro, R. A. (2008). Caracterização do abuso sexual em crianças e adolescentes. *Psicologia para América Latina*, (13).
- Connell, R. W., & Messerschmidt, J. W. (2013). Masculinidade hegemônica: Repensando o conceito. *Revista Estudos Feministas*, 21(1), 241–282. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2013000100014>
- Costa, L. P., Rocha, C. J. B., & Cavalcante, L. I. C. (2018). Características biopsicossociais entre acusados de agressão sexual contra crianças/adolescentes em contextos intra e extrafamiliar. *Temas em Psicologia*, 26(1), 283–295. <http://dx.doi.org/10.9788/TP2018.1-11Pt>
- Diniz, C. D. P. S., Welzer-Lang, D., & Guinot, S. (2021). Masculinidades e violência entre parceiros íntimos: Um enfoque relacional. *Psicologia Argumento*, 39(103), 123–134. <http://dx.doi.org/10.7213/psicolargum.39.103.A006>
- Felipe, J. (2006). Afinal, quem é mesmo pedófilo?. *Cadernos Pagu*, (26), 201–223. <https://doi.org/10.1590/S0104-83332006000100009>
- Finkelhor, D. (2019). Child sexual abuse: Challenges facing child protection and mental health professionals. In E. Ullmann, & W. Hilweg (Eds.), *Childhood and trauma: Separation, abuse, war*, 101–116. Routledge.
- Furniss, T. (1993). *Abuso sexual da criança: Uma abordagem multidisciplinar*. Artes Médicas.

- Godoy, K. N. B., Mourão, L., Oliveira, A. L., & Chaves, B. (2021). Construção das identidades de gênero na infância: Os discursos dos brinquedos e brincadeiras. *Pensar a Prática*, 24(1), 1–20. <https://doi.org/10.5216/rpp.v24.64935>
- Hohendorff, J. V. (2016). *Dinâmica da violência sexual contra meninos*. [Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul]. <http://hdl.handle.net/10183/150408>
- Hohendorff, J. V., Habigzang, L. F., & Koller, S. H. (2014). *Violência sexual contra meninos: Teoria e intervenção*. Juruá.
- Hohendorff, J. V., Habigzang, L. F., & Koller, S. H. (2012). Violência sexual contra meninos: Dados epidemiológicos, características e consequências. *Psicologia USP*, 23, 395–416. <https://doi.org/10.1590/S0103-65642012005000007>
- Hohendorff, J. V., Santos, S. S., & Dell'Aglio, D. D. (2015). Estudo de caso sobre a revelação da violência sexual contra meninos. *Contextos Clínicos*, 8(1), 46–54. <https://dx.doi.org/10.4013/ctc.2015.81.05>
- Landini, T. S. (2000). Pornografia infantil na Internet: Violência sexual ou pornografia? *Plural*, 39–60. <https://doi.org/10.11606/issn.2176-8099.pcs0.2000.68065>
- Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017. Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13431.htm
- Louro, G. L. (2018). Pedagogias da sexualidade. In G. L. Louro (Ed.), *O corpo educado: Pedagogias da sexualidade* (pp. 7–42). Autêntica.
- Meyer, D. (2018). Gênero e educação: Teoria e política. In G. L. Louro, J. Neckel, & S. Goellner (Eds.), *Corpo, gênero e sexualidade: Um debate contemporâneo na educação* (pp. 1–29). Vozes.
- Minayo, M. C. S. (2005). Violência: Um problema para a saúde dos brasileiros. In Ministério da saúde (Org.). Secretaria de Vigilância em Saúde. *Impacto da violência na saúde dos brasileiros*. (pp. 9–41). Ministério da Saúde.
- Narvaz, M. G., & Koller, S. H. (2006). Metodologias feministas e estudos de gênero: Articulando pesquisa, clínica e política. *Psicologia em Estudo*, 11(3), 647–654. <https://doi.org/10.1590/S1413-73722006000300021>
- Nunes, M. C. A., Lima, R. F. F., & Morais, N. A. de. (2017). Violência sexual contra mulheres: Um estudo comparativo entre vítimas adolescentes e adultas. *Psicol. cienc. prof.*, 37(4), 956–969. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003652016>
- Oliveira, C. S., & Mendes, A. (2017). Brincar ao gênero: Socialização e igualdade na educação pré-escolar. *Ex aequo*, 36, 167–186. <https://dx.doi.org/10.22355/exaequo.2017.36.10>
- Paiva, A. L. D. S. P. (2020). *Genealogia e teoria de gênero em Judith Butler: Subversões teórico-políticas*. [Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte]. <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/30418>
- Paixão, K. M. (2019). *Etiologia da pornografia infantil: Um olhar crítico sobre a (cyber) pedofilia*. [Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Católica de Salvador]. <http://ri.ucs.br:8080/jspui/handle/prefix/1460>
- Pires Filho, M. F. (2007). *Violência intrafamiliar: A compreensão de psicólogos que atendem em instituições crianças do sexo masculino, vítimas de abuso sexual*. [Dissertação de mestrado, Universidade Católica de Pernambuco] <http://tede2.unicap.br:8080/handle/tede/83>
- Platt, V. B., Back I. C., Hauschild, D. B., & Guedert, J. M. (2018). Violência sexual contra crianças: Autores, vítimas e consequências. *Ciênc. saúde coletiva*, 23(4), 1019–1031. <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232018234.11362016>
- Rosa, C. E. da, & Souza, J. F. de. (2020). Violência/abuso sexual contra meninos: Masculinidades e silenciamentos em debate. *Pesquisa em Foco*, 25(2), 144–177. <https://doi.org/10.18817/pef.v25i2.2480>
- Rovinski, S. L. R., & Pelisoli, C. (2019). *Violência sexual contra crianças e adolescentes: Testemunho e avaliação psicológica*. Vetor.
- Saffioti, H. I. B. (2001). Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. *Cadernos Pagu*, 16, 115–136. <https://doi.org/10.1590/S0104-83332001000100007>
- Saffioti, H. I. B. (2015). *Gênero, patriarcado, violência*. 2ª ed. Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo.
- Sanderson, C. (2005). *Abuso sexual em crianças: Fortalecendo pais e professores para proteger crianças contra abusos sexuais e pedofilia*. (F. Oliveira Trad.). M. Books do Brasil.
- Scarpati, A. S., & Koller, S. H. (2020). Atendimento a vítimas de violência sexual: Revisão da literatura acerca do treinamento de policiais. *Psico*, 51(1), 1–13. <https://doi.org/10.15448/1980-8623.2020.1.32435>
- Scott, J. (1995). Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, 20(2), 71–99.
- Souza, S. da S. (2017). *Violência sexual contra meninos no município de Corumbá/MS no período de 2006 a 2015*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul]. <https://ppgecpn.ufms.br/files/2018/01/Texto-para-Defesa-SAMUEL-2017.-GABI.pdf>
- Spaziani, R. B. (2017). *Violência sexual contra crianças: A inserção da perspectiva de gênero em pesquisas de pós-graduação da área da educação (1987-2015)*. [Tese de Doutorado, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”]. <http://hdl.handle.net/11449/151606>
- Spaziani, R. B., & Vianna, C. P. (2020). Violência sexual contra crianças: A categoria de gênero nos estudos da educação. *Educação Unisinos*, 24(1), 1–19. <https://doi.org/10.4013/edu.2020.241.19292>
- Srivastava, K., Chaudhury, S., Bhat, P. S., & Patkar, P. (2017). Child sexual abuse: The suffering untold. *Industrial psychiatry journal*, 26(1), 1–3. https://doi.org/10.4103/ipj.ipj_83_17

Toledo, A., & Braga, L. M. (2020). Abuso e exploração sexual em operações de paz: O caso da MINUSTAH. *Rev. Estud. Fem.*, 28(3), 1–14. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n360992>

Vieira, M. S. (2018). Violência sexual contra meninas: Do silêncio ao enfrentamento. *Libertas*, 18(2), 101–116. <https://doi.org/10.34019/1980-8518.2018.v18.18596>

World Health Organization. (2006). *Preventing child maltreatment: A guide to taking action and generating evidence*. World Health Organization.

World Health Organization. (2017). *New guidelines to help health care providers respond to children and adolescents who have been sexually abused*. World Health Organization.

Data de submissão: 19/07/2017
Primeira decisão editorial: 16/10/2017
Aceite: 05/01/2018